

Deputado quer aumentar impostos das hidrelétricas; sindicato protesta



Deputado quer redução do ICMS e aumento de impostos e taxas a hidrelétricas

A Assembleia está com três projetos em tramitação que podem aumentar a conta de energia dos matogrossenses. A autoria das propostas é do deputado Dilmar Dal Bosco (DEM). O Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso (Sindenergia-MT) se manifesta contra a criação de qualquer imposto ou taxa na energia, seja do consumidor doméstico, rural, comercial ou industrial.

“A energia, assim como o combustível, é o insumo de toda cadeia produtiva, porém é uma despesa alta e extremamente sensível a qualquer reajuste, principalmente pela crise que todo país enfrenta atualmente”, afirma o vice-presidente do sindicato, Eduardo Oliveira.

Na quarta (30), Dilmar foi até o gabinete do governador Pedro Taques (PSDB) pedir que ele reduza o valor do ICMS, já que haverá aumento de 8% na conta de luz. Para compensar, ele sugere a criação das taxas e impostos.

De acordo com Dilmar, os valores arrecadados gerariam em torno de R\$ 200 milhões anuais. Segundo ele, as empresas de hidroenergia não pagam nada para Mato Grosso, nem o ICMS fica aqui, já que a energia é colocada no linhão e o imposto é pago no estado que adquirir esse produto.

“A única coisa que resta aos municípios e ao estado é o dano social e ambiental. É justo que possamos cobrar pela utilização dos nossos recursos”, defende o deputado.

Os projetos

Um dos projetos aprovados, que está barrado por força de liminar interposta pelo Sindenergia, obriga as usinas ou centrais hidrelétricas a recolherem por meio do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), o valor correspondente a 0,04% do valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF) por kWh. Dessa forma, o total comercializado pode chegar a 3% da receita de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH).

Para o sindicato, essa cobrança é inconstitucional porque usa a mesma base de cálculo do ICMS, além do Fethab ter sido criado para outros fins, como a destinação de recursos para investimentos em transporte e habitação e, atualmente, o programa está sendo rediscutido pelo governo estadual por indícios de irregularidades.

Outro projeto estabelece a cobrança de taxa pela exploração na vazão de água para produção de energia elétrica dos contribuintes enquadrados como CGH. A base de cálculo é pelo produto entre energia gerada, vazão no período apurado e 1,85% da UPF vigente, dividido pela vazão de 35 m³/s, o que geraria algo em torno de R\$ 3,46 por MWh.

Nesse caso, Oliveira explica que, diferentemente de outros negócios que consomem água, como indústrias de bebidas, empresas de saneamento, pivôs de irrigação, não há por parte das hidrelétricas o consumo de água, mas, sim, o uso não consultivo, ou seja, retornam à fonte de suprimento, praticamente a totalidade da água utilizada. “O que é também uma medida descabida, além desse cálculo estar totalmente fora de contexto”, ressalta Oliveira.

Já o terceiro PL obriga a construção de eclusas junto a hidrelétricas. Segundo o Sindenergia, este é um investimento caríssimo, que compromete a viabilidade da usina, além de ser uma construção que está caindo em desuso no mundo inteiro, pois serve apenas para viabilizar o frete fluvial. Sendo assim, essa proposta não faz sentido, já que em Mato Grosso grande parte dos rios não é navegável.

Diante de tantos projetos que podem acarretar no aumento da conta de energia, a diretoria do Sindenergia-MT afirma que, no caso dessas propostas serem aprovadas, entrará com medidas judiciais pedindo a anulação. “A sociedade está com o orçamento no limite e não tem condições de arcar com mais impostos”, declara o vice-presidente. Ele afirma que cada megawatt de potência custa cerca de R\$ 6,5 milhões, então qualquer nova medida para o setor afeta tanto o empresário como o consumidor final.
(*Com Assessoria*)